



DERROTAR AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA!



**AS LUTAS ESTÃO SE FORTALECENDO CONTRA
OS ATAQUES DO GOVERNO E DOS PATRÕES**

**53 ANOS DEPOIS DO GOLPE: CADÊ A
DEMOCRACIA?**

**VIOLÊNCIA E A CRISE PARA A MULHER
TRABALHADORA**

AS FORÇAS DA REVOLUÇÃO ESTÃO VIVAS

**REVOLUÇÃO RUSSA: 10 DIAS, 9 MESES OU 5
ANOS?**

O FORTALECIMENTO DAS LUTAS CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO E DA BURGUESIA

Consideramos o 15 de março como a maior mobilização da classe trabalhadora nos últimos anos. Praticamente em todas as capitais e em várias cidades do país, milhares de trabalhadores e trabalhadoras saíram às ruas para protestar contra a Reforma Previdenciária e contra os ataques do governo Temer.

Enão foram somente manifestações de rua. Várias categorias fizeram greves, paralisações e atrasos na entrada. E essa participação de categorias, organizadas de alguma forma, é um elemento importante por se manifestar enquanto classe trabalhadora: interferindo na produção e na circulação de mercadorias. Professores e professoras também participaram – essa Reforma retira a aposentadoria especial – e foram importantes protagonistas dessas mobilizações.

Outra participação importante foi a das mulheres, que com os trabalhadores rurais, são as pessoas mais atingidas pela Reforma. Eram milhares. O 8 de março, também o mais massivo dos últimos anos, já havia dado indicações da indignação contra os ataques e a Reforma da Previdência.

METROVIÁRIOS E RODOVIÁRIOS

As grandes cidades são caracterizadas pelo caos, pois possuem vários problemas com a mobilidade urbana. No dia a dia é a classe trabalhadora que sofre, mas isso foi utilizado também para fortalecer as mobilizações em muitas regiões com a greve dos trabalhadores do transporte.

Nesse sentido, Metroviários de São Paulo foi o grande exemplo. A (In) Justiça Trabalhista concedeu uma liminar determinando, para o dia 15, o funcionamento do metrô nos horários de pico e ainda impôs multa ao sindicato caso

descumprisse. A empresa também ameaçou colocar chefes e supervisores para operarem alguns trens. Mas, nada disso amedrontou os trabalhadores que realizaram uma importante greve.

FALTOU PARCELA IMPORTANTE DA CLASSE OPERÁRIA

Mesmo com a grandeza das manifestações e da participação de várias categorias, o proletariado industrial não participou como deveria. Metalúrgicos, Químicos, Têxteis, Petroleiros e outros tiveram pouca participação.

No ABC, com sindicatos da CUT e Força Sindical, em nenhuma montadora houve greve. Em São Paulo foram bem localizadas as ações contra a Reforma da Previdência. Em São José dos Campos, com sindicatos filiados à CSP Conlutas, só a Cherry (chinesa) teve greve de 24 horas, nas demais a participação foi parcial. Em Campinas, com sindicatos filiados à Intersindical, foi a mesma dinâmica e onde ocorreu algo também foi bem parcial.

A participação da classe operária industrial é fundamental, pois interfere diretamente na produção de riqueza e pode paralisar boa parte da produção do país, por isso é o setor mais importante para os capitalistas e não aceitável que entre em movimento.

Em relação à CUT e à Força Sindical, sabemos bem os seus papéis, buscam negociar as Reformas e também colaborar com a gestão do capital. Então, não podemos esperar nada de novo e nem ter ilusão alguma. Em relação às centrais dirigidas por organizações de esquerda é preciso ousadia para construir processos fortes de mobilização e organização nos locais de trabalho, estudo e moradia tanto para enfrentar as Reformas como também para se colocarem como referência política para os trabalhadores nas bases de categorias dirigidas por CUT, Força Sindical e outras burocracias.

NÃO TEMOS APENAS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA ENFRENTAR

O objetivo de Temer e do Congresso Nacional é realizar o que chamam de reformas estruturais, que na verdade é um presente para o empresariado, para a burguesia.

O discurso de que vai melhorar a vida dos trabalhadores é falso, na verdade, vai piorar e muito. A aprovação da Lei das Terceirizações (veja Box) e a possível aprovação das Reformas da Previdência e Trabalhista atingirão duramente vários direitos trabalhistas e sociais e irão reconfigurar as relações de trabalho no país.

Diante da crise, com projeção de aumento do desemprego e de piora na expectativa de “crescimento” econômico pelos órgãos internacionais, o que já está se configurando é um país que ataca o direito dos trabalhadores para permitir a Terceirização, jornada de trabalho de até 12 horas diárias e mais banco de horas, parcelamento de férias e do 13º, o negociado prevalecendo sobre o legislado (Reforma Trabalhista), um Estado com poucos gastos com serviços públicos e sociais (Reforma da Previdência e a PEC 55) mas, que garante incentivos fiscais e o não pagamento de dívidas das empresas com o governo.

Sendo assim, essas Reformas vão diminuir os custos para as empresas (tirando dos trabalhadores e dando aos empresários e ricos) e garantirão, ao Brasil, a competição com países como China e Índia para atrair empresas que estão em busca de lugares para explorar com mais intensidade ainda. Tenha como exemplo o direito de férias na China: Uma pessoa só pode gozar 5 dias úteis de férias somando de 1 a 10 anos de experiência e seguindo essa lógica, a pessoa só poderá tirar 15 dias úteis de férias quando tem mais de 20 anos de carreira. Veja o tipo de competição que governo e empresariado buscam.

Por isso é importante ampliarmos a luta e enfrentarmos todas as medidas desse ou de qualquer outro governo que atente contra os nossos direitos.



HÁ, MUITAS, DIFICULDADES

Mesmo com essa mudança importante na conjuntura, considerando os vários dias de luta em 2016 e essa disposição de luta da classe trabalhadora, não caímos no ufanismo como se não houvesse mais nenhum obstáculo ou como se não houvesse luta somente “porque as direções não querem”.

Além do caminho a trilhar para contribuir para que a classe trabalhadora tenha confiança em suas ações e disposição de luta, temos ainda a unidade entre o governo, a burguesia, o judiciário e o parlamento, que juntos, têm atuado sobre os nossos direitos.

A aprovação da Terceirização, com uma margem folgada de votos na Câmara, é mais uma vez a demonstração dos problemas que temos enfrentado.

Estamos em um momento que exige muito de nós. Fortalecer as mobilizações, construir lutas nos nossos locais e construir fóruns unitários de luta são formas de enfrentarmos, superarmos todas essas dificuldades e impormos tudo aquilo que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora.

A CONSCIÊNCIA CONTRA AS REFORMAS E A GREVE GERAL

O governo e os meios de comunicações vêm jogando pesado na propaganda e com muito dinheiro. Vários jornalistas, passando por especialistas, reforçam as mentiras e defendem a Reforma.

Mas, isso não tem sido suficiente para convencer as pessoas, ao contrário, nas ruas e nas bases das categorias os comentários contra a Reforma são generalizados. Muitas pessoas já compreenderam que na Previdência não tem prejuízo e serão os pobres os mais prejudicados.

O tamanho dos atos e as várias manifestações espontâneas são expressões de sentimentos que há muito não víamos na luta de classes. Os governos anteriores conseguiram aprovar várias medidas e ataques aos nossos direitos e muitas delas tiveram até respaldo popular. Mas,



dessa vez está sendo diferente. Os “corações e mentes” estão contra o governo e seus ataques.

Com esse conjunto de coisas e toda a participação no dia 15 de março, avaliamos que as condições para a realização da Greve Geral estão colocadas, pois boa parte dos trabalhadores passaram a perceber a gravidade da situação. A palavra de ordem “Greve Geral” já é entendida por milhões e milhões de pessoas.

Em vários lugares e categorias as pessoas se organizaram de forma independente das direções sindicais. Professores de escolas particulares, trabalhadores de creches (categoria sem tradição de organização sindical) e nos bairros pessoas se juntaram e foram para as manifestações.

Com isso, como já vínhamos afirmando, acreditamos na necessidade e na possibilidade de, a partir de ações nas bases das categorias, as Centrais Sindicais de esquerda realizarem atividades de maior alcance, independentes da CUT, Força Sindical e demais centrais pelegas. A ousadia política, nessas condições, pode contribuir para que classe trabalhadora brasileira supere essas direções.

O PAPEL DA MÍDIA

Não temos nenhuma ilusão em relação aos meios de comunicação como Globo, Record, Folha de São Paulo, etc. Existem não para informar e repassar a verdade, mas para contribuir com a burguesia e seus governos.

E com as Reformas isso tem ocorrido. A maioria das reportagens sequer ouve o que os trabalhadores e suas entidade têm a dizer. Entrevistam só aqueles que vão defender as Reformas, o governo e os economistas-chefes dos grandes bancos e fundos de investimentos interessados diretamente na aprovação. Alguém acredita que vão falar contra a Reforma?

Agem assim em nome daquilo que chamam de democracia. Que democracia é essa que esconde informações e mente? Que liberdade de imprensa é essa em que jornalistas

atuam com parcialidade em favor dos ricos? Sabemos que isso não é democracia, é uma ditadura da burguesia sobre os trabalhadores.

Uma das questões que têm contribuído para que os trabalhadores e a população compreendam o significado dessa Reforma é a quantidade e inúmeros e excelentes materiais produzidos e distribuídos nos locais e redes sociais pelo movimento social como vídeos, cartilhas, jornais, etc. Ou seja, a comunicação e a informação são decisivos na luta e a burguesia sabe disso.

O controle pelos trabalhadores dos meios de comunicação é fundamental. Democratizar o acesso à informação é fundamental para que a imprensa atue de acordo com os interesses da maioria da população.

ORGANIZAR PELA BASE A LUTA CONTRA AS REFORMAS

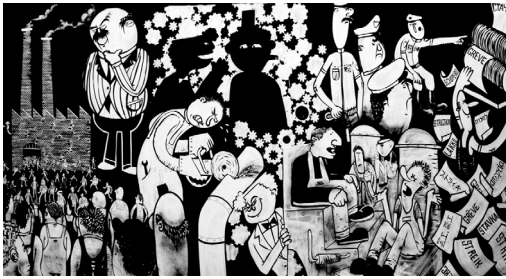
A maioria das pessoas está contra a Reforma da Previdência. E percebemos essa oposição não só nos atos, mas na própria disposição de participação em atividades realizadas nos bairros, universidades e locais de trabalho. É o momento para fortalecer a luta contra as Reformas Previdenciária, Trabalhista e contra a Terceirização organizando as pessoas em seus locais de estudo, moradia e trabalho.

Nesse sentido, é fundamental impulsionar todas as possíveis formas de organização e mobilização como comitês de base, aulas-públicas, atividades de rua, etc.

Também é necessário impulsionar a unidade entre os diversos setores que se opõem a essas Reformas. Unidade que não implica assinar embaixo de políticas como as do PT ou da CUT, mas que esteja pautada nos interesses da classe trabalhadora. Nós, do Espaço Socialista, estamos participando desses movimentos unitários como os dias de luta, as manifestações de rua, etc. com a nossa independência política.

A SAÍDA É PELA ESQUERDA, É ANTICAPITALISTA

Entre as dificuldades também podemos colocar a questão das saídas políticas para o momento. O PT e a CUT apostam no desgaste de Temer e fazem de tudo para canalizar a insatisfação e a raiva das pessoas para



o projeto Lula-2018. Dizem que basta repetir a política econômica anterior que vai ter emprego, renda, etc. e, assim, aumentar a arrecadação e seguir com as políticas sociais sem reformas estruturais. Mentem.

Primeiro, o momento econômico é completamente diferente. A crise econômica mundial fez cair o comércio mundial, as empresas diminuíram ainda mais os investimentos e os bancos continuam em todo o mundo sugando bilhões e bilhões de dinheiro.

Segundo, Lula e Dilma recorreram

a reformas contra os trabalhadores e fizeram duas Reformas da Previdência, mudaram regras limitando a concessão de benefícios previdenciários como auxílio doença e pensões por morte.

Nos treze anos à frente do governo federal favoreceram, como todos os governos burgueses, os ricos e reservaram aos pobres políticas sociais mínimas, como a bolsa-família que utiliza somente 0,5% do PIB. Como dito nas palavras do Lula, nunca na história desse país os banqueiros ganharam tanto dinheiro.

O fortalecimento da esquerda socialista e revolucionária é fundamental para a viabilidade de um projeto estratégico revolucionário. Sob o capitalismo vamos sempre viver com “a faca no pescoço” com cada governo ameaçando esse ou

aquele direito conquistado a duras penas.

E esse fortalecimento não deve ser canalizado para ocupar espaços no parlamento e instituições do Estado burguês, semeando ilusão de que o problema é de gestão.

Não podemos negociar com a burguesia, que nunca abrirá mão de seus lucros. O que necessitamos, de imediato, é o não pagamento da dívida pública; a estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que ameacem demitir; a reestatização das empresas que foram privatizadas; a redução da jornada de trabalho sem redução do salário para gerar emprego e da manutenção de nossos direitos.

Por isso, a luta contra as reformas, e outras questões imediatas, deve estar relacionada com as lutas contra o capitalismo, o estado burguês e a burguesia.

TERCEIRIZAÇÃO É CAMINHO PARA A ESCRAVIDÃO

Na noite do dia 22 de março a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que amplia as possibilidades de Terceirização. É considerado um dos maiores ataques aos nossos direitos nos últimos anos.

O objetivo é a diminuição dos custos das empresas e, claro, empobrecendo os trabalhadores.

O projeto aprovado precariza tanto as relações de trabalho que chega ao ponto de a empresa contratante nem ser obrigada a permitir o uso do refeitório e do departamento médico pelos terceirizados. Os principais pontos:

* As empresas podem terceirizar toda e qualquer atividade ou serviço público. Em uma escola, por exemplo, desde de um serviço de manutenção, passando pela função de professor até o cargo de

diretor podem ser terceirizados;

* O terceirizado pode trabalhar nessa condição por até 9 meses. A legislação atual permite no máximo 90 dias;

* A empresa contratante não tem responsabilidade quando a terceira não cumprir as obrigações trabalhistas, a não ser “quando se esgotarem todas as possibilidades”

A aprovação dessa lei é parte de um conjunto de ataques. Até mesmo a Justiça do Trabalho (que nas grandes questões como as greves de transporte tem ficado ao lado do governo e dos empresários) foi atacada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para o qual não deveria existir, uma vez que toma decisões absurdas. Referia-se à obrigação de os patrões cumprirem os direitos trabalhistas mínimos.

O Ministro-banqueiro Meirelles, disse que a lei “ajuda muito porque

facilita a contratação de mão de obra temporária, e facilita a expansão do emprego”. Nos próximos anos é mesmo provável que as taxas de desemprego caiam e os governos vão fazer festa. Só não dirão a verdade: empregos com baixa remuneração e sem direitos. Terceirizados, somado a isso a Reforma Trabalhista se passar, sem direito às férias ou com férias e 13º parcelados, acordos salariais rebaixados ou sem acordos, etc. Isto é, maiores possibilidades de emprego, mas extremamente precarizado.

Começam a surgir ideias de que o projeto que se encontra no Senado e já aprovado na Câmara é mais brando com setores políticos e até da burocracia sindical no sentido de aceitar “o menor pior”.

Não aceitamos nesse esse e nem qualquer outro projeto que ataque os direitos dos trabalhadores. Derrotar toda forma de terceirização!

GOLPE MILITAR: 53 ANOS DEPOIS, CADÊ A DEMOCRACIA?

31 de março de 1964. As forças armadas entram em ação para executar um plano elaborado em conjunto com a embaixada e o alto comando militar estadunidense. A história a partir daí: exílios, censura, prisões, torturas, assassinatos, arrocho salarial, crescimento da dívida.

Mas, também vimos várias formas de resistência. A partir das históricas greves dos Metalúrgicos do ABC e da campanha pela “Diretas já” os militares saíram da cena pública e foram



fazer política nos quartéis. Sim, o alto comando das Forças Armadas participam do dia a dia da política nacional. É parte da sustentação do regime capitalista de exploração.

A INTERVENÇÃO MILITAR PARA CONTROLAR O MOVIMENTO DE LUTAS

Nas décadas de 50 até a de 70, em várias partes do mundo, em especial na América Latina, os golpes militares foram a principal forma de intervenção estadunidense para manter esses países sob domínio político e econômico.

Claro que outros países imperialistas também estavam envolvidos e apoiavam os golpes, como a assessoria de militares ingleses e franceses para ensinar técnicas de tortura. Ou o apoio da França aos golpes em países da África.

Era a principal política externa dos Estados Unidos. Qualquer processo de mobilização com pautas políticas e sociais mais amplas era respondido com a intervenção militar. Dois exemplos: Brasil e Chile.

No Brasil foram as reformas de base (reformas agrária e urbana, controle de remessa de lucros, etc. – reivindicações nem tão radicais assim, pois não rompem com o capitalismo) propostas por João Goulart que deram impulso à organização do golpe.

No Chile, o processo era mais avançado porque havia radicalização da classe operária e o governo Allende, pressionado pelas mobilizações, era obrigado a adotar medidas de enfrentamento ao capital.

Na América Latina também aconteceram golpes na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Guatemala, Nicarágua e outros.

Como se vê, os golpes militares e a ruptura até mesmo com a legalidade burguesa eram a arma prioritária do imperialismo e das burguesias para enfrentar o movimento dos trabalhadores e garantir a exploração.

A DEMOCRACIA BURGUESA

Nos anos 80, aconteceram gigantescas mobilizações, em vários países, contra as ditaduras. Como um dominó, as ditaduras de Filipinas, Uruguai, Brasil, Argentina, Paraguai, Chile (já nos anos 90) foram caindo.

A luta contra as ditaduras fez surgir uma ampla unidade entre diversos setores sociais e políticos e fez crescer o ódio, principalmente, aos Estados Unidos causando instabilidade política, situação de risco, pois havia a possibilidade de essas lutas – primeiramente de reivindicações eleitoral e democráticas – se radicalizarem e ganharem um caráter classista e socialista.

Assim a orientação política do imperialismo, e conseqüentemente das burguesias locais, mudam para a “via da legalidade” como solução das crises políticas e sociais. O melhor exemplo foi a crise Argentina de 2001 quando caíram 5 presidentes no prazo de um ano e mesmo assim não recorreram ao golpe militar.

Isso não quer dizer que foram ampliados os espaços democráticos. O próprio conceito de democracia burguesa sofreu modificações passando a ser mais autoritária com o fortalecimento do aparato repressivo (militar, judicial, etc.), com maior financiamento privado nas eleições, pelo qual os grandes grupos econômicos mantêm sob controle os parlamentos, legislações mais duras contra o direito de greve, dentre outras medidas.

Para isso também contaram com a “domesticação” de um setor do movimento social que passou a atuar no interior da institucionalidade burguesa esperançoso (e iludido) em conseguir algum tipo de avanço social.

Ainda relacionado à essa questão é o discurso ideológico de que a democracia no capitalismo expressa o desenvolvimento da sociedade e de que as imperfeições podem ser corrigidas. Nada mais falso. A democracia na sociedade burguesa é uma forma de dominação política e social sobre os trabalhadores, é uma ditadura da burguesia sobre a classe trabalhadora. E a burguesia a mantém por ser útil para os seus projetos.

DITADURA APOIADA E FINANCIADA POR EMPRESÁRIOS BRASILEIROS

É importante ressaltar que a ação golpista não partiu só dos Estados Unidos, pelo contrário, contou com a colaboração da burguesia brasileira,



de organizações de direita (mais tarde fundaram o CCC: Comando de Caça aos Comunistas) e da Igreja Católica, financiada pela CIA para organizar a marcha da família com Deus.

Os empresários financiaram e ajudaram na preparação e na execução do golpe. O processo de preparação, por exemplo, contou com a criação e financiamento de organizações pretensamente educativas, como o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), que realizava palestras, cursos e outras atividades de propaganda golpista. Também fazia lobby no Congresso Nacional para barrar leis e isolar Jango. Criado e financiado por empresários brasileiros e com apoio financeiro dos Estados Unidos.

Outro projeto da ditadura financiado por empresários foi a operação OBAN (capturava, tortura e matava militantes), formada por militares e milicianos de direita.

Interessa muito às empresas brasileiras (e a muitas pessoas também) atribuir aos Estados Unidos a organização do golpe para se livrarem da responsabilidade. São muitos os casos de colaboração direta das empresas com a denúncia à polícia, demissões e até tortura de militantes no interior das empresas.

GOLPE MILITAR?

Nas manifestações contra Dilma havia um setor defendendo a intervenção militar. Era um setor minoritário, mas levou dúvida para muitos ativistas e trabalhadores sobre essa possibilidade no Brasil, ainda mais por estar acompanhada pela propagação de ideias conservadoras (redução da maioria penal, discursos anticomunistas, etc.) na sociedade.

Avaliamos que a possibilidade de a burguesia organizar um golpe militar é pequena porque as formas

de democracia parlamentar têm sido eficientes para manter a situação política sob seu controle.

Nenhum golpe ou regime político de direita funciona sem respaldo do grande capital. A monarquia caiu quando a burguesia escravocrata saiu de cena. Getúlio renunciou também por falta de respaldo da burguesia que se abria ao capital internacional. E os militares quando a burguesia, impactada pelas gigantescas mobilizações pelas *diretas já*, retirou o apoio.

Só na aparência os golpistas têm autonomia, na prática são serviçais da classe dominante. Militares (ou qualquer outro setor golpista) não vão intervir se não for chamado pela burguesia.

Temer e o Congresso, mesmo sem respaldo popular, conseguiram implementar várias medidas de interesse do capital, como a Reforma do Ensino Médio, a Terceirização e,

agora, jogam peso na Reforma da Previdência. Ou seja, a burguesia não tem razão para esse tipo de intervenção.

É uma caracterização política e não uma confiança na burguesia, que diante do agravamento da crise social e política pode mudar a orientação.

A LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Mesmo não havendo a possibilidade de golpe há uma situação política de restrições democráticas e aumento da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. O aparato repressivo nas manifestações, a violência policial nas periferias, a perseguição aos ativistas e lutadores e a propagação mais intensa das ideias de direita são expressões desse processo. Tudo isso para tentar calar a classe trabalhadora.

Assim, diante da situação política atual, a luta democrática mantém sua vigência. É como diz Lênin: a

democracia parlamentar burguesa, progressiva em relação ao período da Idade Média, continua sendo uma democracia para atender os interesses da burguesia. Esse é o ponto essencial.

Não vemos contradição em não ter ilusão na democracia burguesa e lutar por liberdades democráticas. A questão fundamental é não ter a luta pela democracia burguesa como objetivo, mas como parte da luta por direitos da classe trabalhadora de se reunir, de resistir e de se organizar.

A militância em regimes ditatoriais enfrenta muito mais dificuldades, como perseguições, prisões, etc. Nesse sentido a democracia parlamentar burguesa é progressiva para o próprio desenvolvimento da luta.

Mas, repetimos, a verdadeira democracia só será possível no socialismo, quando a democracia será para todos os membros da sociedade e não para uma minoria.

VIOLÊNCIA E A CRISE PARA A MULHER TRABALHADORA

Tempos de crise significam austeridade econômica, que apesar de atingir a toda a classe trabalhadora é mais sentida pelos grupos chamados vulneráveis, ou seja, pessoas pobres, população negra, LGBTTI e mulheres. Os cortes em políticas públicas atingem de forma incisiva esses grupos, que são também os principais receptores de políticas de inclusão dentro do sistema.

O objetivo aqui é tratar brevemente alguns impactos da crise sobre as mulheres, em especial sobre a violência contra a mulher, tendo em vista que em março, mês do dia da mulher, uma série de fatos deram um vislumbre do que nos reservam os próximos anos relativamente a esse problema.

O aumento das várias formas de violência contra a mulher está expresso também nos mais variados espaços: Esse ano já nos deparamos com as denúncias e as notícias do aumento da violência contra a mulher durante o carnaval; assistimos a libertação do assassino de Eliza Samudio, liberado da prisão e chamado para entrevistas, com proposta de emprego, foto com fãs e declarando a intenção de conseguir a guarda do filho, cuja paternidade não

reconheceu pelo principal motivo de ter matado a ex-namorada; vimos Temer declarar a importância da mulher na regulação de preços dos produtos de supermercado, reduzindo o espaço da mulher, em pleno ano de 2017, ao trabalho doméstico, causando piadas em jornais, inclusive, internacionais.

Temos no Brasil uma lei aplaudida internacionalmente por seu conteúdo protetivo, sobre a questão da violência contra a mulher: a Lei Maria da Penha. A proteção que tal lei pretende é ampla, não se trata exclusivamente da violência que as mulheres podem sofrer de seus maridos e companheiros, mas também de parentes, e abrange mais do que a violência física, abrange a violência psicológica, sexual e patrimonial, no caso de a mulher ter seus recursos para sobrevivência, documentos e bens subtraídos no contexto de um relacionamento abusivo. A lei já foi aplicada, inclusive, no atendimento de mulheres em relacionamento com outras mulheres e recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo aplicou a legislação em caso de violência contra transexuais que se identificam como mulheres.

Contudo, a celebração existente



em torno da lei não tem nenhum significado prático sem que haja efetivas políticas públicas para sua completa implementação. Isso porque a lei é um incentivo para que as mulheres que sofrem violência denunciem, mas sem a rede de proteção prevista pela lei, se torna letra morta. A rede de proteção engloba casas-abrigo, Delegacias da Mulher, centros de referência, além da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres e a Central de Atendimento à mulher (Ligue 180). No país, entretanto, existem mais de 5.500 municípios, mas apenas 502 delegacias especializadas, 45 defensorias da mulher, 95 promotorias especializadas, 238 centros de referência de atendimento à mulher, 80 casas-abrigo e 596 serviços

especializados de saúde ⁽¹⁾. A maior parte de tais serviços, 70%, se encontra na região centro-oeste, sul e sudeste.

Em 2013 o governo federal criou o programa “Mulher, viver sem violência” responsável pela construção das chamadas “Casa da Mulher Brasileira”, centros de acolhimento que contariam em único local com serviços de Saúde e Justiça, mas que até o momento só existem em Campo Grande, Brasília e Curitiba. Para se livrar do ciclo de violência a mulher necessita de apoio jurídico, psicológico, depende de serviços que o Estado provê e que de fato são mínimos, comparados ao tamanho do país e, por isso mesmo, nada garantem.

Acontece que com o agravamento da crise econômica, que já se tem o maior período de recessão enfrentado no país, a tendência é que a violência contra a mulher se agrave. Os altos índices de desemprego e suas consequências são fatores reconhecidos para gerar mais violência contra as mulheres. Na outra ponta, com o congelamento dos investimentos em serviços públicos, decorrente da aprovação da “PEC do fim do mundo”, será cada vez mais difícil conseguir atendimento para as mulheres vítimas de violência, o que faz a situação piorar. Sem a efetivação da rede de apoio será mais difícil para as mulheres conseguirem sair do ciclo de violência. Segundo dados do portal do Orçamento do Senado Federal⁽²⁾ o valor autorizado para os gastos com atendimento à mulher em situação de violência caiu em 61% em 2017.

A redução de gastos com projetos

que visam combater a violência contra a mulher e que são empregados na construção de abrigos, serviços especializados no atendimento às mulheres e mesmo em projetos culturais e educativos de prevenção a violência são características desses governos que veem nos cortes de gastos dos serviços públicos as saídas para as crises do capital. A redução dos valores autorizados ocorre desde os governos Lula e Dilma não foi diferente e o chamado contingenciamento não permitiu que os valores autorizados chegassem ao destino. Agora com Temer a situação se repete. Não é à toa o seu discurso.

OS LEVANTES DE MULHERES

Na edição 97 do Jornal do Espaço Socialista (veja nossa página) citamos os levantes de mulheres pelo mundo, que têm mostrado o quanto reagem contra as políticas de austeridade utilizando-se de manifestações e greves, ferramentas típicas da classe trabalhadora, para refutar a violência e desigualdade a que estão submetidas.

Com tudo isso cresce a indignação, o dia a dia traz o peso da opressão e do machismo institucionalizado e a crise dificulta ainda mais a nossa sobrevivência. Não foi por pouco então que no último 8 de março, mulheres brasileiras se organizaram em atos de rua registrando a maior manifestação dos

últimos anos pelo Brasil, com a palavra de ordem anticapitalista “se nossas vidas não importam que produzam sem nós”. Uniram-se assim à convocatória mundial, que contou com a adesão de mais de 46 países.

As mulheres trabalhadoras também sentem nesse momento o ataque aos seus direitos com a Reforma da Previdência, que irá igualar a idade mínima de aposentadoria com os homens, acabará com a aposentadoria por tempo de contribuição, mudará drasticamente as regras da pensão por morte e provocará extrema pobreza no campo ao igualar as condições de aposentadoria entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Desse forma, a nossa luta que é todo dia contra a opressão e o machismo também, em períodos de crise, austeridade e de avanço das ideias de direita, deverá estar em unidade com as demais parcelas da classe trabalhadora contra todos esses ataques do governo e do empresariado.

NOTAS

(1) <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

(2) <http://www.poder360.com.br>

valor autorizado para gastos no Orçamento (políticas para as mulheres)			
ação	autorizado em 2016 (em R\$)	autorizado em 2017 (em R\$)	variação
atendimento às mulheres em situação de violência	42.866.748	16.739.616	-61%
incentivo a políticas de autonomia das mulheres	11.509.711	5.338.887	-54%
central de atendimento à mulher (180)	31.877.627	36.179.688	13%

fonte: Portal do Orçamento do Senado Federal elaboração: Drive/Poder360

AS FORÇAS DA REVOLUÇÃO ESTÃO VIVAS

LUÍS CÉSAR NUNES - MOS/RJ

Os recentes realinhamentos geoestratégicos da potência mundial militar em crise, respondem ao esgotamento do modelo econômico. A questão principal da conjuntura é que a ofensiva de direita ocorre em razão, principalmente, da política capituladora da esquerda.

Primeiro, a da Terceira Via, seguida pelas variantes anticapitalistas que se contentam com o programa mínimo. Segundo, o dilema do imperialismo que decide enfrentar a China, num momento em que esta é a principal responsável pela globalização.

A DIREITA CRESCE SOBRE OS ERROS DA ESQUERDA

O crescimento da direita como alternativa política para a burguesia revela o fracasso da Terceira Via, na qual baseou-se a Doutrina Bush, com seu aliado Tony Blair, que transformou o Reino Unido num 51º estado norteamericano.

A Terceira Via sofreu também um duro revés na Alemanha e o projeto de União Europeia passou a ser questionado por plebiscitos no próprio Tratado da Constituição. Mesmo assim, a União Europeia – à revelia

da sanção popular – passou a legislar sobre os mínimos detalhes dos países que aderiram, quando estava num crescimento vertiginoso que incluíam os antigos Estados Operários do Leste.

Hoje, a esquerda europeia – já bastante combalida por anos de Eurocomunismo e de Terceira Via (no dizer de Bobbio, nem Marx e nem contra Marx) – tentou se rearticular no altero mundismo dos Fóruns Sociais conciliadores e no anticapitalismo do programa mínimo. Essa política transferiu Porto Alegre para Davos, que seguidamente foi visitado por Lula. Logo tínhamos a chave de como a

“esquerda” enfrentaria a crise mundial de 2008.

É nesse aspecto foi emblemática a atuação de Tsipras, na Grécia, que esperava que o povo grego dissesse “sim” aos banqueiros, numa reprise dos sonhos consumistas dos alemães de 9 de novembro[1], quando acreditavam que bastaria derrubar o muro para possuir um gordo cartão de crédito. Mas, o povo disse “não” e, diferentemente, da Ucrânia, esse “não” se voltava contra os Euro Bankers.

Isso os conciliadores da nova esquerda, anticapitalistas que se negam ao programa de transição da revolução socialista, não poderiam admitir. Foi então o próprio Tsipras a dizer o “sim”. Data de então o fracasso dessa “nova esquerda” como alternativa revolucionária, que semeou ilusões como o Podemos, NPA, PD, etc.

Com a crise dos refugiados ressurgiu o nacionalismo xenófobo e o fortalecimento eleitoral de políticas de direita explorando os erros dos partidos anticapitalistas, de esquerda e até liberais.

DA GLOBALIZAÇÃO AO NEOCOLONIALISMO

A crise de 2008 ampliou a busca frenética por uma geoestratégia diretamente ligada ao controle da geoeconomia, que hoje torna-se uma retomada do neocolonialismo. E isso já era pronunciado nas guerras do Iraque, nos Balcãs e, posteriormente, na ocupação do Afeganistão e do Iraque.

Essa estratégia não foi apenas para o domínio da geopolítica do Petróleo, a qual se completou com o ataque à Líbia e o posterior controle dos preços com a estratégia combinada de superprodução saudita e o xisto de Obama. Isso tornou mais onerosa a exploração do pré-sal no Brasil e pôs em crise a economia do gás russo e da Venezuela.

Reciclando os geopolíticos britânicos da era imperial, a ofensiva foi desencadeada para controle dos países do chamado Coração do Mundo (Heartland) [2], esse era o espaço cujo domínio determinaria o domínio global. Porém, essa estratégia se completaria com as chamadas revoluções coloridas, as principais delas ucraniana e Síria. Estava aí a fórmula que já não é uma novidade na teoria política: uma



revolução anticorrupção e nacionalista.

A primeira visando o cerco da Rússia e a segunda procurando fechar a saída da Rota da Seda, que conectaria a China aos mercados europeus. A reviravolta ocorreu no envolvimento russo na Síria que provocou o colapso da política militar externa dos Estados Unidos, essa a razão da derrota de Clinton.

A entrada em cena das forças armadas russas no conflito gerou uma aliança inusitada entre a Rússia, a China e o Irã. Prevalendo-se do seu amplo poder militar, o imperialismo norte-americano controla a geoestratégia da União Europeia e do Japão, porém resta o poder militar da Rússia e o econômico da China.

Ainda que a globalização tenha sido o resultado da derrota do socialismo real no leste europeu e do fim da URSS, não foi por si só o equivalente ao fim dos Estados Operários no mundo todo. Por isso a globalização assentou-se sobre as bases do maior proletariado mundial, o proletariado chinês. Isso foi confirmado pela recente declaração de Xi Jinping, no Fórum de Davos, ao defender a globalização contra os arremates desesperados de Trump.

Com a globalização e a transferência produtiva para as ZEE[3] a China passou a ser a grande locomotiva da economia mundial. Esse era o quadro até a crise de 2008, quando surgiu o fenômeno chamado, por alguns especialistas, de desglobalização[4].

Simultaneamente, a ofensiva imperialista global prossegue e a instabilidade política no Brasil e na República Sul-Africana oportunizou uma estratégia de desmonte do BRICS pelo seu elo mais fraco, cujas megacorporações do subimperialismo

brasileiro[5] estão indissoluvelmente associadas ao Estado.

Novos realinhamentos prosseguem como o de Putin com a candidata da direita francesa Le Pen, como já havia ocorrido com Trump. Tudo isso leva a pensar que, ainda que a China (como antes o stalinismo e o neoestalinismo soviético) tenha possibilitado a sobrevivência do capitalismo monopolista global, é um grande incômodo para a sobrevivência desse sistema-mundo.

Trump quer um redirecionamento da ofensiva contra a China, buscando aliados na Rússia, na América do Sul e na nova Europa nacionalista de direita. Além disso, busca ampliar o cerco com acordos com o Japão e a recente mudança de regime nas Filipinas. Nesse aspecto, a Índia coloca-se como um pêndulo num quadro mundial muito instável, em que nada está decidido e que teve de enfrentar, inclusive, maior greve geral da história.

SUPERAR A ESQUERDA COLABORACIONISTA

As forças da revolução estão vivas, cabe ao movimento mundial dos trabalhadores dotar-se de uma política, uma estratégia e um partido mundial que a desenvolvam e imponham uma solução de poder operário revolucionário na cena internacional. É isso ou teremos o aumento dos ataques da direita diante de uma esquerda colaboracionista e incapaz de organizar a classe para a revolução socialista.

NOTAS

[1] Schicksalstag, coincidentemente nessa data em 1918, o socialdemocrata Friedrich Ebert, tornou-se Chanceler da República de Weimar, após fim da monarquia. Já em 1923: deu-se o Putsch nazista de Munique e em 1938, a Kristallnacht marca o início do Holocausto. Esses dois últimos fatos fizeram com que a data tenha ainda hoje um significado pejorativo.

[2] Halford John Mackinder, Chap. 3 (The Seaman's Point of View), in Democratic Ideals and Reality (London, U.K.: Constables and Company Ltd., 1919), pp.88.

[3] Zonas Econômicas Especiais, na liberalização capitalista de Deng Xiao Ping.

[4] Antonio Luiz M. C. Costa, O nacionalismo de direita e a era da desglobalização. Reportagem publicada originalmente na edição 924 de Carta Capital, com o título “A era da desglobalização”.

[5] Luce Mathias Seibel retoma a tese de Ruy Mauro Marini em O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007).

REVOLUÇÃO RUSSA: 10 DIAS, 9 MESES OU 5 ANOS?

SÉRGIO LESSA

Provavelmente a maioria das pessoas que leu algo sobre a Revolução Russa tenha lido *Os 10 dias que abalaram o mundo*, de John Reed. É um relato jornalístico de primeira qualidade dos 10 dias que, de fato, “abalaram o mundo”, quando os bolcheviques, liderando uma frente de esquerda, tomaram o poder no país dos czares. É memorável, mesmo um clássico do jornalismo mundial, sua descrição da reunião do Soviét de Petrogrado em que Lenin, saindo de meses na clandestinidade, fez a convocação que se tornou o símbolo: “Passemos à construção da ordem socialista!”. Narra Reed que a convocação foi seguida por um pandemônio de alegria e comemorações, bonés ao ar e urros e lágrimas por todos os lados!

Talvez os que leram algo além de Reed tenham tido em suas mãos *A história da Revolução Russa*, de Leon Trotsky, um texto que, por sua profundidade, análises complexas, reflexões sobre a história e sobre os processos revolucionários, é equiparável ao *18 Brumário de Luís Bonaparte*, reconhecidamente um dos textos mais brilhantes de Marx. O fato de Trotsky ser um grande escritor e não menor jornalista torna o texto fácil de ser compreendido e, com todos os méritos, apaixona gerações desde que foi redigido, em 1930.

Se Reed escreveu no calor dos acontecimentos, Trotsky redigiu sua obra duas décadas depois, em um momento em que o stalinismo já se consolidava. Além disso, os dois textos também se diferenciam pelo espaço de tempo de que se ocupam. John Reed, os 10 dias de outubro; Trotsky, os nove meses de fevereiro a outubro de 1917. Uma terceira e, talvez, mais importante diferença entre eles, é que Trotsky é um profundo conhecedor da história e da essência da formação social russa, Reed é um jornalista muito bem informado. A descrição brilhante de os *10 dias* não contém nada equivalente às análises históricas que Trotsky faz ao longo de sua *História*,

tanto nos dois capítulos iniciais como, por exemplo, no capítulo intitulado “A arte da insurreição”.

Reed nos entrega a emoção, a paixão e as não menores esperanças desencadeadas pela chegada ao poder dos bolcheviques. Trotsky nos conduz pelos meandros de uma terra (chamar a Rússia de nação, naquele momento, é um exagero) cuja área era três vezes maior que o Brasil, que compreendia toda a área entre os limites mais orientais da Europa até o final da Ásia e o oceano Pacífico, tendo ao sul a Cordilheira do Himalaia e o Mar Negro e, ao norte, as terras gélidas que ultrapassavam o Círculo Polar Ártico. Nesse enorme território, quase uma centena de nacionalidades, com bases econômicas por vezes muito distintas, com bases produtivas milenarmente atrasadas ou muito desenvolvidas, se organizavam em classes sociais também muito heterogêneas.

As classes dominantes eram, de fato, muitas. Enquanto classes dominantes tinham o interesse comum de manter a exploração dos trabalhadores. Contudo, o modo de exploração dos trabalhadores, fundado pelo modo de produção, variava muito fazendo com que essas classes dominantes vivessem em constantes conflitos entre si e eram com muito custo mantidas coesas pela figura do Czar. O modo de produção das grandes propriedades produtoras de cereais da Ucrânia era essencialmente distinto do das grandes propriedades pecuaristas ou de exploração de madeira da porção asiática e, ainda, muito diferente das propriedades, pequenas e médias, dos cossacos no Vale do Rio Don, ao sul, próximo ao Mar Negro. Os latifundiários da Ucrânia desejam uma maior integração com o capitalismo europeu, para quem vendiam seus cereais, mas os latifundiários da porção asiática temiam a concorrência que viria com essa integração e a ela se opunham. Os cossacos, ao sul, apenas apoiavam o Czar na medida e na proporção em que mantivessem suas propriedades médias e pequenas à salvo da gana por mais



terras dos grandes latifundiários.

Os trabalhadores também eram muito distintos, talvez ainda mais diferentes entre si que as classes dominantes. O regime de trabalho, a forma de remuneração do trabalho, mesmo se o trabalho era permanente ou sazonal, tudo colaborava para a heterogeneidade entre os trabalhadores. O trabalho assalariado já se fazia presente nas cidades, nas rotas ferroviárias etc. Mas, ainda não abrangia a todos: a maioria dos camponeses pobres, os *mujiques*, recebia *in natura*, isto é, recebia uma porção daquilo que produzia em moldes similares aos do antigo feudalismo europeu. Os direitos dos trabalhadores da terra eram estabelecidos segundo critérios e tradições que vinham, por vezes, do século 12, mais comumente que vinham das reformas de Pedro, o Grande, no século 17 e da reforma agrícola de 1861. A enorme maioria dos trabalhadores era camponesa, tal como a maior parte das classes dominantes era latifundiária. Contudo, essa denominação comum com frequência escondia as diferenças existentes no interior de cada uma dessas classes. Essas diferenças são da maior importância para se entender a dinâmica das derrotas de todas as revoltas camponesas até chegarmos à Revolução Russa, bem como para entendermos o que ocorreu na Guerra Civil, nos anos de 1918-21.

Para coroar essa formação histórica tão complexa, temos a atuação ideológica decisiva da Igreja Ortodoxa, apoiada pelo Estado e tradicional pilar do czarismo. As seguidas derrotas das muitas revoltas camponesas instigaram um espírito fatalista entre os trabalhadores: impossível escapar

dessa miséria e dessa vida de penúrias. A Igreja Ortodoxa fornecia o cimento ideológico para manter essa concepção de mundo: Deus teria criado o mundo como um vale de lágrimas pois é pelo sofrimento que se chegaria ao Paraíso. A Igreja ocupava, assim, um lugar decisivo na vida das pequenas aldeias e servia de importante consolo paralisador das revoltas entre as massas camponesas.

Mas, também entre as classes dominantes a Igreja Ortodoxa era importante. Como sustentáculo do poder dos czares, se sentia, com razão, com direito a parcela desse poder. As classes dominantes, atrasadas como a base econômica que a sustentava, viam em uma concepção de mundo fatalista a confirmação de que eram classes dominantes por uma decisão divina. Deus fez delas os dominantes, para sempre, eternamente. O mesmo com a família do Czar: se Deus não quisesse, não teriam o poder, a riqueza e a glória. A Igreja Ortodoxa, não apenas servia de consolo aos trabalhadores, como ainda atuava no interior das classes dominantes para confirmar o poder das mesmas como de origem divina e para justificar o Czar como um imperador por direito divino.

A Igreja ortodoxa é, por essa via, bem-recebida pelos explorados e pelos exploradores... mas, isso não duraria muito tempo.

As coisas se complicaram ainda mais quando o capital estrangeiro, principalmente francês, adentrou às terras do Czar.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROLETARIADO

Quando, em 1813, o *Grande Exército* de Napoleão invadiu a Rússia, se tornou ainda mais evidente o quanto o atraso tecnológico debilitava militarmente o poder dos czares. Napoleão apenas foi derrotado porque Kutuzov, o comandante russo, adotou a tática de ceder terreno para não perder o exército. Foi recuando, evitando qualquer grande batalha, até às portas de Moscou. Napoleão, em contrapartida, fazia de tudo para forçar um combate decisivo. Até chegarem às portas de Moscou.

Kutuzov queria recuar para os Montes Urais, a leste de Moscou. O Czar, pressionado pelos nobres que temiam abandonar seus palacetes em Moscou

para os invasores, não concordava com seu comandante em chefe e, finalmente, Napoleão pôde ter sua batalha. A Batalha de Borodino foi uma das maiores que a Europa conheceu até então, durou vários dias e terminou sem uma vitória definitiva dos franceses e, os russos, abandonaram Moscou.

Semanas depois, Moscou estava em chamas e chegava o inverno: o *Grande Exército* é dizimado pelo frio e pela fome, Napoleão é derrotado e enviado à Ilha de Elba.

A vitória russa garantiu a permanência dos czares, mas evidenciou que era preciso industrializar o país para poder contar com um exército moderno, com armas mais desenvolvidas. Quando das guerras de unificação da Alemanha, em 1870-71, essa necessidade tornou-se ainda mais patente: a influência da Rússia nos Bálcãs e na política europeia necessitava de um apoio militar à altura.

Enquanto a Inglaterra conseguia lucros cada vez maiores na exploração de suas colônias na Ásia, em especial na Índia, os capitalistas franceses enxergavam na situação russa uma excelente oportunidade de negócios. Havia uma enorme massa de trabalhadores miseráveis, sem experiências em uma economia industrializada, sem tradição de lutas, sem sindicatos e partidos, controlados a ferro e fogo pelo Czar e por uma nobreza corrupta. Isto, mais um Estado e um governo dispostos a comprarem a preços exorbitantes o que viessem a produzir por lá, tudo indicava que enormes lucros poderiam advir de investimentos na industrialização da Rússia.

Nas últimas décadas do século 19, principalmente em Petrogrado, mas também em Moscou e mais secundariamente em Kiev, os capitalistas franceses montaram grandes indústrias para explorar o máximo de operários. As condições de trabalho eram sub-humanas. Gorki, no seu romance *A mãe*, fornece um bom quadro do que era a vida operária naqueles dias em Petrogrado. Em pouco mais de duas décadas, isso criou uma situação história inédita e, no longo prazo, insustentável: deu origem a um proletário mais concentrado que

“SEM UMA BURGUESIA À ALTURA, O PROLETARIADO RUSSO VIVIA UMA SITUAÇÃO INÉDITA NA HISTÓRIA: RAPIDAMENTE A NOBREZA E O CZAR SE DEMONSTRARIAM INCAPAZES DE DAR CONTA DAS NOVAS CONTRADIÇÕES, TÍPICAMENTE CAPITALISTAS, E SERIAM POR ELAS DERRUBADOS”

o proletariado francês ou inglês, em condições de vida e trabalho brutais, sem que houvesse uma burguesia que pudesse se contrapor na luta de classe a esse jovem proletariado.

As coisas se tornavam ainda mais instáveis porque a repressão e a violência com que o czarismo tratava as resistências e reivindicações dos trabalhadores tornavam impossível desarmar, pela negociação, as insatisfações antes que explodissem em revoltas. As negociações, greves, pressões etc., sempre presentes na relação entre burguesia e proletários nos países capitalistas, eram impossíveis na Rússia. Organizar uma greve ou um sindicato resultava em exílio na Sibéria ou na morte pela força (*Os sete enforcados*, de Andreiev, é um belo conto sobre essa situação.)

Um jovem proletariado, sem experiência de luta, mas, também, sem a influência contrarrevolucionária dos reformistas e sem a presença de uma aristocracia operária, se contrapunha a uma classe dominante incapaz de administrar os conflitos inerentes à industrialização. Sem uma burguesia à altura, o proletariado russo vivia uma situação inédita na história: rapidamente a nobreza e o czar se demonstrariam incapazes de dar conta das novas contradições, tipicamente capitalistas, e seriam por elas derrubados.

A BUROCRACIA

Uma economia de base agrário-latifundiária não cria espaço nem para o desenvolvimento de um mercado interno para além das classes dominantes, nem abre espaço para o crescimento das “classes de transição” (Marx), que nem são os camponeses nem pertencem à nobreza. A alternativa a esses indivíduos era o emprego público, raros os que tinham um emprego fora do Estado.

Por outro lado, o Czar, a nobreza, a Igreja e o Estado necessitavam de funcionários tanto para as funções de administração, de repressão etc., quanto para as funções ideológicas. Necessitavam de funcionários públicos, juizes, advogados, policiais, torturadores, professores, carrascos, jornalistas, filósofos, contadores, médicos, carteiros, enfermeiros, engenheiros, lixeiros etc. Manter o poder, na Rússia de então, demandava uma vasta quantidade de indivíduos com alguma instrução e educação, por vezes com elevado conhecimento técnico, outras vezes com vasto conhecimento do submundo do crime (a Rússia já contava com uma poderosa máfia que controlava importantes atividades econômicas, principalmente na sua porção asiática), outras vezes com conhecimento da Europa e do francês para negociar com os europeus ou com conhecimento das línguas, doutrinas e das tradições jurídicas das diferentes nacionalidades do Império Russo etc.

Essa necessidade e a impossibilidade de a pequena burguesia conseguir sobreviver fora do Estado deram origem a uma vasta burocracia que se estendia por todos os setores da vida social. Uma intelectualidade empregada pelo Estado era a responsável pela produção ideológica que sustentava o regime. Este, em contrapartida, premiava essa intelectualidade com algumas recompensas e uma vida com um conforto impensável para os trabalhadores. A maior parte dessa intelectualidade burguesa era conservadora e czarista. Mas, apenas, a maior parte.

Uma parte minoritária, sempre perseguida, duramente reprimida, percebia logo na juventude que o atraso e a miséria russos apenas poderiam ser superados por uma transformação completa da situação. Nenhuma reforma poderia converter aquela ordem social e política em algo mais próximo aos países mais desenvolvidos da Europa. Neste contexto, mesmo aqueles que não eram socialistas ou anarquistas, que eram apenas democratas, que almejavam um capitalismo desenvolvido, aos moldes europeus, eram forçados a ações revolucionárias: tratava-se de destruir o czarismo e da eliminação da nobreza, o que apenas seria

possível pela violência revolucionária. Uma enorme quantidade de grupos anarquistas, de grupos partidários do terror revolucionário contra os indivíduos das classes dominantes, de grupos que se propunham a apoiar com armas os camponeses nas lutas contra os latifundiários, se somavam a grupos marxistas que tinham clareza de que a superação do atraso russo só viria pela superação do capitalismo. Dessa pequena burguesia, grande parte funcionária pública, saiu a maior porção das ideias e ideologias revolucionárias que terão um papel tão importante durante a revolução.

Essa intelectualidade foi também o solo social para que o marxismo tivesse se expandido na Rússia muito cedo. A primeira tradução de *O Capital*, de Marx, foi para o russo e intelectuais marxistas vão surgindo com alguma profusão e velocidade. A geração de revolucionários de 1917 teve, em geral, essa base social. Também foi essa base social que deu origem ao apogeu da literatura russa: Dostoievsky, Tolstoy, Tchekhov, Gorki, Maiakovski etc.

O atraso da Rússia foi, portanto, o responsável pela formação de uma gigante burocracia. Trotsky menciona que, para cada 17 habitantes, havia um funcionário público! Essa burocracia terá grande peso no desdobramento da Revolução Russa e será de um enorme peso conservador, depois de 1917.

O EXÉRCITO E A MARINHA

Desde a Idade Média, a potência militar russa se apoiou essencialmente na quantidade gigantesca de soldados que podia colocar em combate. O armamento não era o melhor, o comando militar não era tão bom, a estratégia militar deixava a desejar. Contudo, essas debilidades eram contrabalançadas com folga pelo tamanho do exército russo. Os camponeses eram a classe que, por sua miséria, por sua função social e pelo fato de comporem a maior parte

da população russa, serviam como a principal fonte de fornecimento da “carne de canhão”, o soldado raso.

Esses camponeses-soldados, com uma vida rural longe das indústrias, foram se tornando cada vez mais incapazes de serem bons combatentes na medida em que o avanço da tecnologia militar exigia um conhecimento e um adestramento mais próximo à indústria que da agricultura. Por isso, o exército russo foi incorporando uma parcela de operários para cumprir as funções que requeriam um conhecimento técnico um pouco maior. Principalmente na artilharia, o peso dos soldados oriundos dos centros industriais tendia a crescer conforme avançava no tempo.

O Alto Comando Militar era composto por nobres e altos funcionários públicos atraídos pelos salários, pelas vantagens e pela corrupção do aparato militar: as relações com a nobreza, com o Czar e a Czarina eram mais importantes para a obtenção desses cargos do que o conhecimento da “arte da guerra” ou a experiência militar. A incompetência da alta hierarquia militar apenas é comparável, em tamanho, à distância de classe que havia entre ela e a base do exército.

O resultado é uma estrutura militar em tudo semelhante à sociedade. E, tal como o czarismo tratava os trabalhadores com repressão e violência, a hierarquia militar será imposta pela violência e castigos desumanos. O látigo, a forca e o *knut* eram castigos corriqueiros e que faziam parte da vida militar.

Na Marinha, algo similar ocorria. Contudo, com uma diferença importante: em confronto com a nobreza que ocupava o Almirantado, havia uma massa de marinheiros que vinha majoritariamente das cidades industrializadas. Nos navios, a distância de classe se reproduzia tão duramente quanto na sociedade, todavia em um espaço muitíssimo menor: a luta de classes era, na Marinha, muito mais imediata e muito mais direta. (O *Enconração Potenkin*, de Eisenstein, retrata com maestria essa contradição). Por isso a revolta na Marinha veio antes e com mais consistência que no Exército, quando 1917 chegou.



Além disso, o czarismo veio desenvolvendo, desde a Idade Média, um aparato de coleta de informações e de controle dos trabalhadores que só tem equivalente na máfia russa (uma das mais antigas e desenvolvidas do planeta). Ao chegarmos no século 20, milhares de funcionários públicos, policiais, espiões de todos os tipos vigiavam a vida de todos: nobres e trabalhadores não estavam livres de sua vigilância. A temível *Okrana*, a polícia secreta, tinha até mesmo um espião infiltrado no Comitê Central dos bolcheviques quanto da tomada do poder em outubro de 1917!

10 DIAS, 9 MESES OU 5 ANOS?

A Revolução de Fevereiro (voltaremos a ela em um próximo artigo), que colocou abaixo o Czar, não alterou a estrutura econômica da sociedade russa. As terras continuaram nas mãos dos latifundiários, nas fábricas continuaram explorando os operários, os bancos continuaram nas mãos dos banqueiros – e assim sucessivamente.

A rápida evolução das lutas de classe terminou colocando no poder em outubro um partido, o bolchevique que, em fevereiro, sequer tinha um peso político significativo. Além disso, foram nas cidades industrializadas (Petrogrado e Moscou, essencialmente) que as lutas de classe evoluíram no sentido de colocar no poder os bolcheviques. No restante da Rússia, o processo era muito mais lento: a tomada do poder pelos bolcheviques nem alterou a propriedade da terra e pouco mexeu nos poderes locais; algumas localidades mais distantes de Petrogrado foram se dar conta do que ocorrera em outubro de 1917 apenas meses depois.

O novo poder revolucionário enfrentava, portanto, uma situação muito desigual: em Petrogrado, operários, padeiros, artesãos etc. se radicalizavam à esquerda, no restante da Rússia, nada semelhante tinha lugar.

Foi tirando vantagem desse descompasso que a contrarrevolução se levantou em meados de 1918 e levou a Rússia a uma guerra civil que, por pouco, os revolucionários não perderam. Ao final da Guerra Civil, na passagem de 1920 a 1921, a velha classe dominante havia sido derrotada militarmente e socialmente destruída,

as terras foram tomadas pelo Estado ou pelos camponeses, as fábricas foram estatizadas assim como os bancos. Uma nova estrutura produtiva tinha, então, nascido e, a tarefa de toda revolução, a de destruir a velha forma de propriedade e dar origem a uma nova sociedade baseada em uma nova estrutura produtiva, estava essencialmente terminada. As bases do que viria a ser a União Soviética estavam assentadas.

Vejam, nem o ano de 1917, nem os 10 dias que abalaram o mundo, foram capazes de modificar as bases produtivas (a forma de propriedade, a forma de exploração do trabalho, de apropriação do trabalho excedente, de distribuição da riqueza etc.) do velho czarismo. Foi preciso os anos de guerra civil para que essa gigantesca tarefa histórica fosse cumprida. A essência da tarefa revolucionária de 1917, a eliminação das velhas classes proprietárias e a reestruturação de toda a base produtiva, não estavam realizadas até chegarmos ao ano de 1921. *Os 10 dias que abalaram o mundo* bem como os 9 meses de *A revolução russa* não relatam nem analisam o que ocorreu de novembro de 1917 a março de 1921. Essas duas obras tão importantes, assumem que, com a tomada do poder pelos bolcheviques, estaria realizada a essência do processo revolucionário russo. Tratar-se-ia, a partir de outubro, de construir a “ordem socialista”, como Lenin dissera no Soviét de Petrogrado.

Essa a maior debilidade dos maravilhosos livros *A história da revolução russa*, de Trotsky e *Os 10 dias que abalaram o mundo*, de John Reed. Pressupõem que, com outubro, a essência do processo revolucionário estaria dada e que o caráter de classe do novo Estado e da nova sociedade estaria já posta: o socialismo e o Estado proletário. A concepção de Trotsky de que a URSS seria um Estado operário degenerado tem um de seus fundamentos na concepção de que 1917 já decidira o caráter de classe e a essência produtiva da nova sociedade. Reed nem imagina que o futuro pudesse ser outro que a humanidade socialista.



Hoje, do ponto de vista muito mais vantajoso de décadas após o desaparecimento da ordem soviética, restam poucas dúvidas de que, se o ano de 1917 propiciou uma alteração na correlação política entre as classes sociais da velha russa czarista, foram os anos de Guerra Civil que moldaram a nova base econômica e, com isso, o caráter de classe da nova sociedade e do novo Estado. E, portanto, para compreendermos o que ocorreu na Revolução Russa, é preciso que não nos limitemos aos 9 meses entre fevereiro e outubro, ou aos “10 dias”: o processo revolucionário russo se estende de 1917 a 1921, cerca de 5 anos. Nesses 5 anos é que foram lançadas as bases do que viria a seguir: uma rápida industrialização, com uma melhoria ainda mais veloz e impressionante das condições de vida e trabalho, sob a ditadura de Stalin.

Como decorreram esses 5 anos, veremos nos próximos artigos. Até lá, não deixem de ler nem *Os 10 dias...* de Reed, nem a *História da Revolução Russa*, de Trotsky.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Andreiev, L. *Os sete enforcados*; Tolstoy, *Guerra e Paz* e *Anna Karenina*, Gorki, *A mãe*: como diria meu pai, quem não ler essas três obras literárias não merece os olhos que Deus lhe deu! São um quadro social e político da Rússia Czarista da mais elevada qualidade literária.

Dois os títulos fundamentais: o texto de John Reed e o obra-prima de Trotsky, citados no texto.

Editado sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

facebook.com/espacosocialista1